

Potências da Inteligência Artificial juntam-se no Reino Unido, mas consenso global ainda é uma miragem

URL: https://expresso.pt/economia/economia_tecnologia/2023-10-31-Potencias-da-Inteligencia-Artificial-va-o-juntar-se-no-Reino-Unido-mas-consenso-global-ainda-e-uma-miragem-b969f7b6

Hugo Séneca

Durante dois dias, o futuro da Inteligência Artificial vai ser debatido por governantes de UE, EUA, e China numa localidade inglesa que ficou célebre por ter ajudado a dar o golpe final sobre as forças nazis. Governo britânico consegue a proeza de juntar americanos, europeus e chineses a debaterem uma futura regulação internacional, mas no circuito há o receio de que a cimeira não seja mais que uma constatação da falta de acordo

As coincidências são especialmente difíceis de acontecer em diplomacia e essa será a razão acrescida para acompanhar a Cimeira para a Segurança da Inteligência Artificial que arranca esta quarta-feira no Parque de Bletchley, a meio caminho entre Londres e a não menos inglesa cidade inglesa de Birmingham. Dois dias antes do evento arrancar tanto Estados Unidos como o Grupo das sete maiores economias do mundo (G7) anunciaram planos para a regulação da Inteligência Artificial (IA). E isso tanto pode significar que há muito para debater, como pode simplesmente confirmar que as decisões mais importantes já foram tomadas antes do evento.

O primeiro-ministro britânico Rishi Sunak tem já garantido o papel de anfitrião e mentor do evento, mas no circuito não faltam detratores que admitem que só conseguirá tornar-se o maestro da nova ordem mundial tecnológica por mera coincidência.

“Haver uma instância que reúne durante dois dias líderes políticos, cientistas e representantes das grandes empresas tecnológicas é positivo, mas tenho muitas dúvidas de que este evento vá tornar o Reino Unido numa plataforma de ligação entre os vários países e regiões do Globo para a área da Inteligência Artificial”, comenta Luís Neto Galvão, advogado da SRS Legal, que tem no currículo diversos trabalhos na área da privacidade e das tecnologias com a Comissão Europeia e o Conselho da Europa.

A Cimeira da Segurança da IA começou a ser preparada há seis meses, num 'sprint' que o Financial Times compara com os 12 meses de antecedência que este tipo de eventos costumam exigir. Apesar do ritmo apressado, a iniciativa deverá contar com a participação da presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen, a vice-presidente dos EUA Kamala Harris, e representantes do Ministério Chinês da Ciência e Tecnologia, entre representantes de empresas como Meta, Google, Microsoft, e OpenAI.

O Parque de Bletchley continua a ser o lugar onde os cientistas britânicos venceram a cifra usada pelos nazis na Segunda Guerra Mundial, mas essa memória poderá não ser suficiente para determinar se a Cimeira se revela providencial ou apenas mais uma prova de que não é possível garantir um entendimento mundial sobre o que é suposto a Inteligência Artificial fazer para não pôr em causa a humanidade. Até porque as organizações de maior espectro geográfico e diplomático podem não estar em condições de levar em frente trabalho em torno de uma plataforma de princípios comuns aos vários continentes.

“As Nações Unidas (ONU) até poderiam estar em posição de fazer um bom trabalho nesta área, mas neste momento é provável que a secretaria-geral (da ONU, liderada por António Guterres) tenha

outras prioridades e mantenha, neste momento, um papel limitado na IA”, acrescenta Neto Galvão.

Na semana passada, António Guterres enfrentou um pedido de demissão imediato dos representantes de Israel, na sequência do discurso sobre os mais recentes episódios do conflito israelo-palestiniano, que têm por origem o massacre de mais de 1400 civis às mãos do Hamas e a resposta bélica desencadeada por Telavive contra a Faixa de Gaza, que está sob administração palestina.

Antes deste conflito, a UNESCO, que está integrada na ONU, chegou a iniciar trabalhos em torno dos princípios que deverão nortear o uso da IA no mundo, mas esses trabalhos também decorreram em paralelo com a guerra na Ucrânia, que na prática inviabilizam qualquer negociação com uma superpotência como a Rússia. E perante este cenário de discórdia em curso, o Parque de Bletchley até pode assumir-se como um palco de decisões alternativo ao circuito diplomático convencional. Resta saber se tanto EUA como UE estão dispostos a adaptar os processos legislativos que já estão em curso.

Para Bruxelas, é todo o conturbado edifício legislativo em torno da Lei da IA (ou AI act) e da futura Diretiva sobre a Responsabilidade Civil Extracontratual da IA que pode ficar em causa. No caso da Lei da IA, o caso é politicamente sensível. Prevê-se que o futuro regulamento que vai ser aplicado nos 27 estados-membros seja aprovado no final de 2023, quando for fixada a redação final através das negociações entre governos nacionais, Comissão Europeia e Parlamento Europeu, mas bem antes desta reta final o texto teve de ser alterado para contemplar ocorrências e usos decorrentes da denominada IA Generativa, que está na origem de ChatGPT, da OpenAI, ou Bard, da Google.

Para a Comissão Europeia a imposição de leis poderia atuar como um ás de trunfo num jogo que terá de fazer sem conhecer ao certo as cartas previstas por aliados e adversários, mas sabendo de antemão que não tem o mesmo arsenal tecnológico dos restantes intervenientes. E só mesmo com as primeiras palavras de Ursula von der Leyen será possível descortinar até que ponto está disposta a Comissão Europeia a ceder num trabalho com mais de três anos, e que alguns admitem que possa voltar a resvalar, mandando a aprovação do regulamento para o início de 2024.

“A minha expectativa é que a regulação que tem vindo a ser trabalhada na UE nos últimos três anos seja um exemplo para o resto do mundo, e não contrário”, informa Mário Campolargo, secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa, que tem a pasta da IA dentro do governo português.

Com carreira feita nos corredores onde tudo se decide em Bruxelas, Mário Campolargo não tem ilusões de que haverá regiões e grupos geopolíticos que “possam ter um entendimento diferente daquilo que se pode fazer com a IA”. “Logo, trata-se de um grande desafio diplomático”, acrescenta, sobre qualquer tentativa ou evento que tente conciliar posições e intenções entre governos tão díspares e distantes.

Alemanha e França deverão fazer-se representar na Cimeira da Segurança da AI, de Bletchley, mas Portugal não vai estar representado. Campolargo reitera que será a Comissão Europeia a representar os 27 estados-membros, enquanto porta-voz de uma proposta de regulação que permite a supervisão humana, a transparência e respeito pela privacidade - além dos quatro graus de risco já há muito falados no sector.

“A minha expectativa é que a regulação que tem vindo a ser trabalhada na UE nos últimos três anos seja um exemplo para o resto do mundo, e não contrário”, diz Mário Campolargo, secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa

“Não queremos regular as tecnologias, mas sim o uso que é dado às tecnologias”, diz o governante português. “Não aceitamos o reconhecimento facial (de cidadãos quando andam nos espaços públicos) e não aceitamos o score social (que atribui pontuações à ações públicas de cidadãos a partir do reconhecimento facial)”, sublinha.

Os exemplos são certos para explicar a grande atração que se aguarda para cimeira de Bletchley:

apesar das críticas e dos pedidos para o “desconvide” que vieram da antiga primeira-ministra Liz Truss, tudo leva a crer que haverá mesmo representantes do governo chinês na Cimeira da Segurança da IA. E, juntamente com as grandes tecnológicas que realmente têm a capacidade de moldar o mundo pelas ferramentas que disponibilizam, esse é realmente o maior trunfo na mão de Sunak.

“O que realmente parece ser importante neste momento é garantir o diálogo entre Ocidente e China. A maioria dos países asiáticos está mais ou menos alinhada com o Ocidente, mas a China tem reconhecimento facial em larga escala e isso é muito diferente daquilo que se pode fazer na Europa, que só permite o reconhecimento facial em casos muito específicos como um caso urgente de combate ao terrorismo ou a identificação de crianças desaparecidas”, exemplifica Luís Neto Galvão.

Além de já ter começado a aplicar a IA no dia-a-dia com objetivos de organização, promoção e até sanção social, a China tem ainda mais um fator que a torna diferente de todos os outros países: alberga grandes conglomerados tecnológicos como Alibaba, Baidu e Tencent, que também estão apostados em conquistar o mundo, e poderão funcionar como exportadores de regulação chinesa à boleia da conveniência e do costume, à semelhança do que aconteceu com o sucesso de escala mundial do TikTok, que é detido pela chinesa ByteDance, e foi banido de equipamentos de trabalho de profissionais da Comissão Europeia e Parlamento Europeu e, já mais recentemente, sofreu uma multa de 345 milhões de euros devido ao tratamento de dados de crianças na UE.

Se alguma coisa alguma vez vier a ser decidida em Bletchley, dificilmente ficará em Bletchley, mas tendo em conta os poderes representados, a probabilidade de garantir um consenso com o governo chinês poderia implicar, logo à partida, uma marcha-atrás nas práticas e regras que tem vindo a aplicar internamente. Em contrapartida, pode revelar-se uma oportunidade de levar as autoridades de Pequim a aceitarem limites à atuação das empresas que tutelam, quando prestam serviços noutros países. O que tanto pode facilitar manobras de aliciamento e sedução diplomática como facilmente redundar num braço-de-ferro entre quem está do lado de cá e quem vive do lado de lá da muralha digital chinesa.

Na segunda-feira, a Comissão Europeia congratulou-se pelo facto de os países do G7, que não integram a China, terem adotado o Código Internacional de Conduta para as Organizações que Desenvolvem Sistemas Avançados de IA, que é conhecido por Processo de Hiroshima sobre IA.

A adoção do código é voluntária e define como princípios a análise e mitigação de riscos, a comunicação de incidentes, sistemas de governação e autenticação que acautelam privacidade e evitam conteúdos falsificados, a promoção de standards globais e, não menos importante, o uso da IA para desenvolver soluções para problemas globais como as alterações climáticas.

Já com a cimeira de Bletchley no horizonte, os serviços da Comissão Europeia logo trataram de disseminar os comentários de Ursula von der Leyen para a posteridade: “Sendo um líder do pelotão na regulação com a Lei da IA, a UE está também a contribuir para as salvaguardas e a governação da IA ao nível global”, refere o comentário formal da presidente da Comissão Europeia. “Apelo aos produtores de IA que assinem este Código de Conduta o mais cedo possível”, acrescenta a líder da UE.

“O que realmente parece ser importante neste momento é garantir o diálogo entre Ocidente e China. A maioria dos países asiáticos está mais ou menos alinhada com o Ocidente, mas a China tem reconhecimento facial em larga escala”, lembra Luís Neto Galvão.

O apelo está endossado, mas qualquer produtor de tecnologias de renome poderá vir a deparar com um dilema: assina o acordo dos G7 ou segue o recente decreto executivo presidencial que acaba de sair assinado pelo presidente dos EUA Joe Biden?

Tendo em conta que os EUA têm assento no G7, há pelo menos a garantia de um plano de princípios comuns entre as duas iniciativas que hoje lideram grande parte da Internet a nível mundial, mas fica a pairar a dúvida sobre a real capacidade da UE para impor regras dissonantes daquelas que a Casa Branca acaba de aplicar às grandes tecnológicas americanas.

“A Administração Biden tem mantido um diálogo com as grandes tecnológicas e estas empresas querem que tudo isto seja regulado, porque precisam de previsibilidade para saberem o que podem ou não fazer quando desenvolvem produtos de IA”, descreve Luís Neto Galvão.

Do elenco de medidas anunciadas pela presidência americana consta o reforço da privacidade, teses de segurança e a aplicação de standards, a mitigação de fraudes e informação falsa, a prevenção dos danos causados no mercado de trabalho ou da discriminação através de algoritmos, o desenvolvimento de ferramentas para o ensino, e o respeito pelo Processo de Hiroshima sobre IA. Mas também se prevê a aceleração de contratações de profissionais de IA para as agências federais, o estabelecimento de acordos multilaterais e bilaterais com outros países e, como seria de esperar, iniciativas que levam ao reforço da liderança dos EUA no setor.

Tudo isto haverá de ser falado em Bletchley, possivelmente, com a esperança de que todos os intervenientes tenham guardado os disfarces de Halloween que se celebra na noite desta terça-feira. Luís Neto Galvão garante que “a UE não precisa do Reino Unido para comunicar com os EUA, porque essa ligação já existe”.

“Não sei que efeitos poderá ter esta cimeira. Só mesmo quando soubermos as declarações finais poderemos saber”, conclui o advogado.

Nessa altura, os sistemas de IA já terão novos dados para processar.